



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Núcleo de Desenvolvimento Infantil
Curso de Especialização em Educação Infantil
Campus Universitário – Trindade – Caixa Postal 476
e-mail : especializacao.ufsc.ndi@gmail.com - Fone 3721-8921

Carla Walter Quadke

A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DA FAMÍLIA

Florianópolis

2012

Carla Walter Quadke

A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DA FAMÍLIA

Artigo submetido ao Curso de
Especialização em Educação Infantil para a
obtenção do Grau de Especialista em
Educação Infantil

Orientador: Prof. Raquel Alvarenga Sena
Venera.

Florianópolis

2012

CARLA WALTER QUADKE

A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DA FAMÍLIA

Este artigo foi julgado aprovado para a obtenção do Título de “Especialista em Educação Infantil” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Educação Infantil.

Florianópolis, 11 de abril de 2012.

Prof. Dra. Marilene Dandolini Raupp
Coordenadora Geral do CEEI

Banca Examinadora:

Prof. Raquel Alvarenga Sena Venera.
Orientador

Prof. Rosânia Campos
Primeiro membro

Prof. Marcos Lourenço Herter
Segundo membro

Autora: Carla Walter Quadke¹

Orientadora: Dra. Raquel ALS Venera²

A sexualidade na Educação Infantil e o papel da família

RESUMO

O presente artigo traz como tema a sexualidade e o papel da família, argumentando sobre as mediações familiares e social na formação de percepções na criança, observando e analisando o comportamento infantil e de relatos de grupos familiares sobre o significado da sexualidade inculcada nas cores usadas ou preferidas por um grupo de crianças, bem como em outras atividades desenvolvidas pela docente da turma que envolva a sexualidade. O projeto de observação Pedagógica (POP) trata-se de uma observação feita durante a intervenção de uma professora que trabalhou o tema gênero em um Centro de Educação Infantil, onde neste artigo faz-se um recorte abordando a sexualidade na turma de nível III (alunos de 4 -5 anos). Observando a prática pedagógica e relatos de alunos nas brincadeiras e atividades, bem como a fala dos pais das crianças envolvidas foi possível realizar algumas análises referentes ao tema exposto.

Palavras – chave: Educação Infantil, Práticas educativas, Sexualidade.

This article brings up the theme of sexuality and the role of the family, arguing about the family influence in the formation of concepts in the child, observing and analyzing children's behavior and reports of family groups on the meaning of sexuality present in the colors used or preferred by a group of children, as well as other activities development out by the teacher of the class portrays sexuality. The project Pedagogical observation (POP) it is an observation made during the intervention of a teacher which worked the theme of gender in an Education Childhood Center. The article discusses sexuality in class level II (students 4 – 5 years). Noting the reports of teaching practices and students in games and activities, as well as the speech of parents of children was possible to perform some analysis on the subject exposed.

Key-words: Education Childhood Center, Educational practices, Sexuality

INTRODUÇÃO

Desde que nascem, ou quando estão na vida ultra interina, os bebês são inseridos em uma categoria definida: menino ou menina. É quando todos classificam de acordo com a biologia e passam a comprar roupas com a cor relacionada ao sexo e brinquedos diferenciados. A criança inserida no contexto social que pré-define essas percepções e é tratada de acordo com o sexo que tem, desta forma vai construindo o gênero.

¹ Professora, Pedagoga, Pós Graduada em Práticas Pedagógicas.

² Professora do Mestrado em Educação e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE.

A família³ é a base para o desenvolvimento da compreensão infantil do que homens e mulheres, meninos e meninas culturalmente convencionam algumas ações sobre a sexualidade e de como essas atividades podem variar de acordo com o sexo de cada um. Crianças menores demonstram tendência a generalizações e tiram conclusões sobre o masculino e o feminino a partir daquilo que enxergam. A sexualidade da criança começa no imaginário dos pais, antes mesmo do nascimento. Todos os pais têm expectativas em relação a seus filhos, conscientes ou inconscientemente, e uma destas diz respeito à sexualidade da criança.

Neste ponto apresenta-se a sexualidade como algo extremamente importante no desenvolvimento humano. É uma necessidade básica que não pode ser dissociada de sua vida, pois envolve emoções, sentimentos, pensamentos e ações. Por ser história e cultura, a compreensão da sexualidade humana é dinâmica e mutável. Portanto, não só no mundo adulto, como também no infantil, o tema sexualidade tem singular importância.

Mesmo ciente da responsabilidade que tem no processo de desenvolvimento da sexualidade das crianças, a escola, juntamente com outras instituições da sociedade, nem sempre se envolvem com o tema na intensidade necessária, e, muitas vezes, quando o faz é de modo reducionista, atendo-se as questões biológicas da reprodução. As crianças aprendem desde bem pequenas o que é ser menina ou menino, pela diferenciação de gênero e da divisão de papéis femininos e masculinos.

Embora sejam crianças pequenas, parece predominar desde a educação infantil uma organização institucional pautada pela heteronormatividade⁴. As crianças são vistas como corpos femininos ou masculinos, que precisam ser diferenciados, rotulados, classificados. A menina precisa ser comportada, obediente, compreensiva, gostar de cor de rosa e de brincar com a Barbie. Já o menino tem que gostar de jogar bola, de correr, subir, pular, brincar de “lutinha” e gostar da cor azul. Existe claramente uma

3 Entende-se por família como um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construir algo e de se complementarem, são pessoas que compartilham de uma vida, no caso das crianças, uma família conta com adultos responsáveis por ela. É através dessas relações que as pessoas podem se tornar mais humanas, aprendendo a viver o jogo da afetividade de maneira adequada.

4 São situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

intencionalidade na educação dos gêneros e sexualidades, tanto nas famílias quanto nas escolas.

Deste modo o estudo se propôs a observar e analisar o comportamento infantil e de relatos de grupos familiares sobre o significado da sexualidade inculcada nas ações com as crianças, especialmente nas cores usadas ou preferidas pelas crianças, bem como em outras atividades desenvolvidas dentro de uma intervenção pedagógica, sendo este artigo um recorte do projeto de observação pedagógica do curso de Especialização em Educação Infantil, envolvendo a sexualidade. O grupo escolhido é de 21 crianças do nível III-2 de 4 e 5 anos, do Centro Municipal de Educação Infantil Espaço Criança, unidade escolar escolhida para a observação pedagógica, localizado à rua Carlos Muehlbauer sem número no Bairro Barro Preto, o qual foi criado através do Decreto Municipal nº 10250 de 13 de Abril de 2010. A necessidade da criação do CMEI surgiu devido à inexistência de um CMEI nos Bairros São Rafael e Barro Preto do município de Rio Negrinho/Santa Catarina.

O presente artigo contempla num primeiro momento a contextualização/reflexão sobre o tema sexualidade para depois apresentar apontamentos referentes à observação realizada com base também em argumentos da clientela de alunos e a relatos de pais envolvidos neste processo por meio de seus filhos/alunos contemplando seus pensamentos, percepções e a partir deles perfazendo as análises.

DESENVOLVIMENTO

Com a Revolução Industrial e o capitalismo consolidado como um sistema econômico que predomina até os dias atuais, a mulher ingressou no mercado de trabalho e na vida pública em sociedade. Entende-se por sociedade um agrupamento de indivíduos que estabelecem entre si relações econômicas, políticas e culturais e foi nesse contexto que um questionamento se instituiu: E agora, o que seria das crianças, filhos das trabalhadoras? Quem cuidaria e quem educaria?

Com esta demanda surgiram as primeiras “creches” ou locais destinados aos cuidados dessas crianças. Essas “creches” tinham como objetivo principal cuidar e alimentar as crianças. As instituições foram criadas a partir da ideia de proteção e de assistência das crianças e apresentavam uma concepção assistencialista de Educação Infantil.

Para o leigo em educação infantil pode soar estranho, ouvir que a instituição infantil é um direito da criança, como um espaço que ela sente prazer em freqüentar. Quem pensa assim vê esse ambiente como tendo mero caráter assistencialista, no qual apenas o cuidar é focalizado; considera a instituição infantil freqüentada apenas por crianças que foram deixadas lá pela família. Tal visão deve ser superada porque se revela preconceituosa e sem fundamentação diante da realidade em que se encontra e que, cada vez, mais se procura trilhar, que é a de garantir espaço para que a criança possa ter os seus direitos respeitados e, entre eles, o de viver a infância.

A história referente à infância revela que as condições sociais concretas da vida das crianças sofrem determinações que passam a constituir de forma diferenciada a própria infância, exigindo o tratamento e a constituição de uma categoria social plural e não mais única.

De acordo com os Referencial Curricular da Educação Infantil (RCNEI):

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos. (BRASIL, 1998, p. 11)

Em vários movimentos históricos e de transformações, que duraram séculos, mas que os ideais foram se concretizando, incorporasse novos significados, neste caso em específico, na prática da Educação Infantil, a criança é reconhecida como sujeito concreto, com necessidades e características próprias e, além disso, detentor de uma cidadania em construção.

A conjunção desses fatores ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. (BRASIL, 1998, p. 11)

Durante esse processo de construção surge uma nova concepção de criança, totalmente diferente da visão tradicional. Se por séculos a criança não obteve direito de formação, hoje ela é vista em todas as suas especificidades, com uma identidade pessoal e histórica, de mudança. “A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (...), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade”. (BRASIL, 1998. p. 11)

Nessa linha de raciocínio, atualmente a Educação Infantil transformou-se em uma proposta pedagógica aliada ao cuidar e educar, procurando atender a criança de forma integral, onde suas especificidades (psicológica, emocional, cognitiva, física etc...) devem ser respeitadas.

Neste contexto vê-se o professor tornar-se um mediador, um organizador do espaço, do tempo, das atividades, dos limites, das certezas e das incertezas do dia-a-dia da criança em seu processo de construção. É o educador que deve criar e recriar sua proposta político-pedagógica, proposta que deve ser concreta, crítica, dialética e articulada com os demais professores da educação infantil.

Nesta perspectiva tem-se que a construção do ser social é feita em boa parte pela educação, ou seja, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios, sejam eles morais, religiosos, éticos ou de comportamento que norteiam a sua conduta num determinado grupo. Portanto, o homem é elemento formador da sociedade, o que o torna produto dela.

Para Vygotski, (apud Silva) “o homem é um ser social, pois se constitui nas e pelas relações sociais que estabelece com outros homens e com a natureza, sendo produtor destas relações num processo histórico”. (2004, p. 641). Dessa forma, salienta-se que o desenvolvimento do ser social e humano está muito atrelado a sua cultura e a educação que se pode ter acesso. Para Vygotski a criança é introduzida no mundo da cultura por parceiros mais experientes. Na representação que Vygotski apresenta sobre o ser humano, portanto, a inserção do indivíduo num determinado ambiente cultural é parte essencial de sua própria constituição enquanto pessoa. É impossível pensar o ser humano privado de contato com um grupo cultural que lhe fornecerá os instrumentos e signos que possibilitarão o desenvolvimento das atividades psicológicas mediadas. O desenvolvimento da espécie humana e do indivíduo está baseado no aprendizado que para Vygotski sempre envolve a interferência, direta ou indireta, de outros indivíduos e a reconstrução pessoal da experiência e dos significados.

Mas o que pode-se entender por cultura? A palavra cultura, pensada como um conjunto de idéias, valores e conhecimentos é expectativa de futuro, o que desejamos ter e estar amanhã e desejamos isso hoje, cultura não é apenas transmissão, não é acúmulo de coisas é um presente que evoca passados a partir daquilo que se deseja para o futuro. Então é transmissão, mas é também ruptura, reconstruções, invenções e atualizações. Muitos conhecimentos foram herdados de outras gerações, não estamos começando do

zero, muito pelo contrário, cada ano que passa atualizamos, refazemos, repetimos diferente, mais conhecimento.

Subsiste a idéia de algo que já foi estabelecido em um passado que pode ser um passado próximo ou remoto. Talvez estejam neste argumento as explicações para as análises feitas para este artigo, onde embasado em comentários das crianças observadas, bem como em relatos escritos dos pais vê-se um preconceito em relação às cores, brinquedos e até em brincadeiras realizadas pelo grupo de crianças da instituição de Educação Infantil. “O universo masculino, onde a cor poderia ser usada para separar meninos de meninas em brincadeiras” (relato de um pai); “É como se as cores representassem meninos e meninas” (relato de uma mãe). Neste ponto de respostas dos pais corroborando com alguns argumentos das crianças da sala de aula observa-se que há influência da família em algumas percepções adquiridos, os quais podem ser trabalhados, discutidos para serem repensados pela clientela, a qual desta maneira irá tirar suas próprias conclusões, firmando seus conceitos.

Desde o ventre materno, somos marcados pela palavra que irá nos constituir como menino ou menina, homem ou mulher, pode-se dizer que as cores também exercem este papel. Nosso corpo é a coisa sobre a qual se estabelecem representações sociais, que são recursos adotados para se viver em sociedade, isso porque ela engloba explicações, idéias e manifestações culturais que caracterizam um determinado grupo. A representação acontece a partir da interação dos indivíduos. Essas representações são lingüísticas, ou seja, são nomes que revestem nosso corpo nu, ao nomear o corpo do bebê, quando se brinca ou na hora de uma troca se inventa o próprio corpo, quando damos nome a coisa torna-se existente, cognoscível e assim a criança cresce aprendendo que é menino porque tem um pênis (pinto, pau e os apelidos fálicos) e a menina é menina porque tem uma vagina (pomboca, pombinha, xexeca) os apelidos são sempre tímidos. Ou seja, ao nomear o corpo meninos e meninas se identificam pelo signo biológico ao significar esses nomes meninos e meninas aprendem o que é ser meninos e meninas.

Cada um de nós representa uns aos outros por nomes com os quais expressamos nossos sentimentos e emoções, somos um feixe de sensações sem nome. Para expressar, comunicar essas sensações necessitamos deste acessório – o nome – que a palavra empresta à coisa. O nome é o que vem de fora, o que nos invade e nos constitui como seres falantes.

A sexualidade é algo que se constrói e se aprende, fazendo parte integrante do desenvolvimento da personalidade. Se a finalidade maior da Educação é preparar os cidadãos para uma participação crítica e responsável na sociedade, visando a melhoria coletiva da qualidade de vida, não podemos ignorar um aspecto tão importante da vida do ser humano: a sua sexualidade.

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas(...). Seu desenvolvimento é fortemente marcado pela cultura e pela história, dado que cada sociedade cria regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos. A marca da cultura faz-se presente desde cedo no desenvolvimento da sexualidade infantil, (...).(PCN, 1999, Livro 2)

Portanto, a palavra sexualidade, designa um conjunto de comportamentos relativos às vivências sexuais, desde o nome de cada um dos indivíduos até os jogos de sedução, que têm por meta a relação amorosa.

A perspectiva sociocultural permite centrarmos nosso olhar nas formas de controle do corpo infantil, um processo social e culturalmente determinado, permeado por formas sutis, muitas vezes não percebidas. Poderia, então, dizer que as características tidas pela tradição como naturalmente masculinas ou femininas resultam de esforços diversos para distinguir corpos, comportamentos e habilidades de meninas e meninos.

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia na educação infantil (Finco, 2003). Por exemplo, a forma como a família ou a professora conversa com a menina, elogiando sua meiguice ou como justifica a atividade sem capricho do menino. O fato de pedir para uma menina a tarefa de ajudar na limpeza e ao menino para carregar algo já demonstra como as expectativas são diferenciadas. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino, e vice-versa.

A experiência de meninas e meninos na educação infantil pode ser considerada como um rito de passagem contemporâneo que antecipa a escolarização, por meio da qual se produzem habilidades. O minucioso processo de feminilização e masculinização dos corpos, presente no controle dos sentimentos, no movimento corporal, no

desenvolvimento das habilidades e dos modelos cognitivos de meninos e meninas está relacionado à força das expectativas que nossa sociedade e nossa cultura carregam. Esse processo reflete-se nos tipos de brinquedos que lhes são permitidos e disponibilizados: para que as crianças "aprendam", de maneira muito prazerosa e mascarada, a comportar-se como "verdadeiros" meninos e meninas.

Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades a fim de corresponder às expectativas de um modo singular e unívoco de masculinidade e de feminilidade em nossa sociedade. Muitas vezes, instituições como família, creches e pré-escolas orientam e reforçam habilidades específicas para cada sexo, transmitindo expectativas quanto ao tipo de desempenho intelectual considerado "mais adequado", manipulando recompensas e sanções sempre que tais expectativas são ou não satisfeitas. Meninas e meninos são educados de modos muito diferentes, sejam irmãos de uma mesma família, sejam alunos sentados na mesma sala, lendo os mesmos livros ou ouvindo a mesma professora. A diferença está nas formas aparentemente invisíveis com que familiares, professoras e professores interagem com as crianças.

A realidade da natureza presente no homem é o corpo, que via de regra, se objetiva na família, núcleo cultural. Pelo desenvolvimento do físico, do pensamento e linguagem, e assim, o homem se situa na realidade e nela se expressa, movendo-se consciente e criticamente.

É por meio dos primeiros cuidados que a criança percebe seu próprio corpo como separado do corpo do outro, organiza suas emoções e amplia seus conhecimentos sobre o mundo. O outro é, assim, elemento fundamental para o conhecimento de si. Quanto menor a criança, mais as atitudes e procedimentos de cuidados do adulto são de importância fundamental para o trabalho educativo que realiza com ela. Na faixa de zero a seis anos os cuidados essenciais assumem um caráter prioritário na educação institucional das crianças. (RCNEI, 1998, Vol 2)

Acessório hoje muito marcado pela cor que a criança veste, pela simbologia que representa como argumenta: *“O azul não é tão discriminado como o rosa, podemos encontrar em todos os lugares. Já o rosa é bastante voltado para a mulher, simboliza a mulher”*. (relato de uma mãe).

Nesta perspectiva compreender a criança como um sujeito e culturalmente localizado significa dizer que a ação educativa com ela caminha no sentido de ampliar seu repertório vivencial, trabalhando com suas práticas sociais e culturais. Estas

oferecem a possibilidade, através das mais diferentes propostas, de elaborar e ampliar os conhecimentos, como também tanto a identidade pessoal de cada criança como de cada grupo.

Deste modo, vê-se que a abordagem sobre o corpo deve ir além das informações sobre sua anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo é concebido como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológicas, psicológicas e sociais.

O que se busca é construir noções, imagem, percepções e valores a respeito do corpo em que esteja incluída a sexualidade como algo inerente, saudável, necessária e desejável da vida humana.

Tendo evidenciado este intuito, ao realizar as atividades envolvendo as cores com a clientela já citada, pode-se coletar além dos relatos dos pais, as falas de algumas crianças da turma, mas uma se diferenciou das dos demais, indo em contradição ao que a docente propunha, mostrando que a sua opinião formada tinha mais valor, mas não deixando de mostrar o respeito para com o restante do grupo. Observe o relato: *“Eu não uso a cor de rosa, não gosto, é cor de menina, nunca, nunca.... Mas se meu amigo usar é porque ele quer e gosta, tudo bem.... mas eu não.”* (relato de um aluno de 4 anos).

Homens e mulheres, como seres sociais criam sua própria representação da realidade e, em processo de ação e comunicação, interage produzindo entendimento e construindo-se reciprocamente. O conhecimento humano é continuamente transformado pelas novas informações que ele recebe e pelas experiências pelas quais passa. Sendo uma espécie social o homem caracteriza-se pela construção de sua individualidade através da relação com o outro. Para a Proposta Curricular de Santa Catarina:

O ser humano é entendido como social e histórico. No seu âmbito teórico, isto significa ser resultado de um processo histórico, conduzido pelo próprio homem. Essa compreensão não consegue se dar em raciocínios lineares. Somente com um esforço dialético é possível entender que os seres humanos fazem a história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. (Proposta Curricular de Santa Catarina Eixos Norteadores, 1998, p.15)

Dessa forma, socialmente, definiram-se padrões de comportamento sexual, isto é, como deve comportar-se um homem e como deve agir uma mulher, assim se aceita

como normal tudo aquilo que diz respeito às regras de conduta sexual estabelecida, como usar o azul e o rosa fosse determinar o seu sexo.

A educação infantil sendo um lugar marcado pelo adulto, em que se impõem à conduta dos pequenos os limites sociais e psicológicos, é o emblema no qual a cultura inscreve seus signos.

Nosso corpo, nossos gestos e as imagens corporais que sustentamos são frutos de nossa cultura, das marcas e dos valores sociais por ela apreciados. O corpo - seus movimentos, posturas, ritmos, expressões e linguagens - é, portanto, uma construção social que se dá nas relações entre as crianças e entre estas e os adultos, de acordo com cada sociedade e cada cultura. Ele é produzido, moldado, modificado, adestrado e adornado segundo parâmetros culturais.

Por esta razão quando se vê meninas brincando de carrinho, ou meninos brincando de boneca, ao primeiro olhar as pessoas podem ficar chocadas e ao primeiro impulso tiram o brinquedo da criança e justificam que aquele não é brinquedo para ela, oferecendo outro “do seu sexo”, este dado foi retirado das observações realizadas na turma já destacada. Ou até mesmo quando no grupo de crianças algumas meninas preferem brincar de “lutinha” com os meninos são logo convidadas por um adulto a sair da brincadeira, situação esta observada no grupo analisado. Destacando que quando a criança é retirada da brincadeira a qual está, e que habitualmente não é visto para ela, a mesma mostra na face a expressão de indignação e descontentamento, e por vezes é pega novamente na brincadeira.

A brincadeira como relação social contribui e possibilita o processo de desenvolvimento infantil. Ao brincar, as crianças podem explorar, imitar, representar, repetir, simbolizar suas experiências e vivências, sejam elas reais ou simbólicas, elaborando-as e compreendendo-as

Segundo Rodolfo (1990), a brincadeira constitui-se em um momento de aprendizagem em que a criança tem a possibilidade de viver papéis, de elaborar percepções e ao mesmo tempo exteriorizar o que pensa da realidade. Assim, a brincadeira é uma atividade humana e social, produzida a partir de seus elementos culturais; deixa de ser encarada como uma atividade inata da criança.

Segundo Almeida (1998), não é possível conhecer nem educar uma criança, sem o conhecimento de como o ato lúdico acontece e se processa, sem esquecer-se também,

de que o brincar, o brinquedo e a brincadeira são pertencentes à criança, de forma natural, intuitiva e instintiva

Conforme Wallon (1981), ao compreender que a brincadeira está pautada no real, isto pressupõe contextos sociais, onde adultos e crianças estabelecem interações. As interações se constituem em outro eixo organizador do trabalho pedagógico. Organizar o trabalho pressupõe um tipo específico de interações, ou seja, interações que possibilitem trocas, qualificando-as enquanto um tipo específico de aprendizagem. É através das atividades lúdicas que a criança convive com os diferentes sentimentos que fazem parte da sua realidade interior e permite a ela estabelecer suas relações sociais.

Quando as crianças jogam ou brincam, passam a ter uma compreensão maior de como o mundo funciona e de como poderão lidar com ele à sua maneira e possibilidade. As atividades lúdicas transformam-se em afirmações do que está acontecendo e passam a representar o que as crianças entendem. Infância e o corpo são construções sociais, culturais e históricas, presentes em todas as sociedades humanas. Tal afirmação não significa, contudo, que se negue a evidente construção, também biológica, dessa dimensão.

Torna-se, assim, indispensável pensar sobre práticas, habilidades e configurações corporais infantis e também sobre os modelos cognitivos nelas referenciados, como relações sociais de gênero, processadas, reconhecidas e valorizadas na e pela cultura na qual se inserem. É importante perguntar como esses mecanismos se fazem presentes na educação de meninas e meninos; de que maneiras são inscritos em seus corpos, como normatizam, disciplinam, regulam e controlam seus comportamentos, posturas, verdades e saberes.

Se entendermos a Educação como processo de desenvolvimento pleno do indivíduo nas suas dimensões Bio-Psico-Sociocultural, buscando o prazer pelo conhecimento, cabe a escola desempenhar um papel importante na educação para a sexualidade vinculada a atitudes de valorização da vida e de respeito à dignidade da pessoa em todas as situações.

A família é uma instituição, o elemento formador da criança, e os pais, desde muito cedo, se encarregam da responsabilidade de educar sexualmente seus filhos de maneira informal, passando seus valores culturais e crenças através do trato com a criança. Simultaneamente, as relações sociais favorecem trocas intensas de informações e de normas de conduta, formando um amplo conjunto de influências exercidas direta

ou indiretamente sobre o indivíduo. A este processo chamamos "educação sexual". Portanto, em qualquer situação, o adulto pode e deve participar dessa educação enfocando a qualidade de vida e o respeito à cidadania e aos direitos humanos.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (RNEI,1998)

O papel da família como mantenedora de representações pré estabelecidos, pela sociedade, fica claro ao se ler os relatos dos pais dos alunos do CMEI Espaço Criança, onde destaca-se: “ O rosa tem um pouco de preconceito para os meninos, acham que o rosa é de menina. Mas o azul é normal, serve tanto para menino como para menina”. Sendo que esta colocação por vezes no início do projeto da docente foi afirmado pelas crianças, indiferente se meninos ou meninas.

Pode-se verificar que com algumas atividades desenvolvidas, conversas informais e histórias lidas às crianças realizaram a reflexão pretendida e muitas apresentaram mudança na sua fala em relação ao assunto.

Para finalizar, a sexualidade manifesta-se através de atitudes, comportamentos, gestos, ultrapassa, portanto, a dimensão biológica, pois envolve emoção, afeto e imaginário. A sexualidade se expressa através do corpo, na subjetividade única de cada sujeito. Ela mostra sua dimensão existencial, quando pensada como direito individual, da ordem do íntimo, que envolve o sujeito em sua totalidade. Ela manifesta sua dimensão social, quando as peculiaridades adquiridas emergem da sociedade em que o sujeito está inserido

O direito a uma educação infantil de qualidade inclui a discussão das questões de sexualidade. As relações das crianças na educação infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o nascimento as crianças expressam sentimentos, emoções, pensamentos e carregam em si um potencial que necessita ser levado em consideração, ampliando-se as possibilidades de vivenciar situações que auxiliem no seu desenvolvimento pleno e global. Para Campos “a educação infantil se configura como uma das áreas educacionais que mais retribui à sociedade os recursos nela investidos, contribuindo para o desempenho posterior. Mas os argumentos mais fortes e contundentes sobre a importância da educação infantil se situam no plano dos direitos sociais da infância, de sua cidadania”. (KRAMER, 1999).

Partindo do exposto, dentro das observações realizadas e relatos adquiridos tem-se que a família, quando demonstra suas opiniões, preferências, discriminações esta deixando claro para a criança o que tem como certo e errado, onde a mesma acaba acatando suas percepções e as tendo como prontas, sem reflexão acerca da sua própria opinião o que pode acontecer somente na fase adulta se estão questões não forem abordadas na infância. Desta forma, fica a sugestão para a docente da turma em organizar junto a secretaria de educação uma formação para as demais professoras; envolver mais os pais nessas atividades, fazendo com que os mesmos analisem as questões de sexualidade incutidas como certas na sociedade, derrubando tabus e estigmas. Palestras e oficinas seriam uma boa dica para esta clientela. Desenvolver mais projetos com as crianças que envolvam atividades problematizadoras das questões culturais de gênero, que as crianças reproduzem em suas brincadeiras. Atividades como atividades como o dia da boneca, onde todos brincariam inclusive os pais, ou o dia do carrinho, com a finalidade de fazer o grupo experimentar os brinquedos sem preconceito de sexo. Ou ainda quem sabe o dia do rosa, do azul. Conhecendo novas formas de se ver no espelho, sem medo de ser rotulado.

A família como alicerce da criança pode ajudar nesta busca incessante pela igualdade dos sexos, principalmente sem discriminação, onde visualiza-se a criança como um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. É através dessa relação que as pessoas podem se tornar mais humanas, aprendendo a viver o jogo da afetividade de maneira adequada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1998
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996.
- BRASÍLIA, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. 2009.
- FINCO, Daniela (2003). Relações de gênero e as brincadeiras de meninos e meninas na Educação Infantil. *Dossiê Gênero e Infância da Revista Pró-posições*, n. 42, dez.
- KRAMER, Sonia. **O papel social da Educação Infantil**. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-etextos/revistatextosdobrasil/portugues/revista7-mat8.pdf>> Acesso em 17 de janeiro de 2011.
- NUNES, César. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1997.
- REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- RODULFO, R. **O brincar e o significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Educação Infantil. Ensino Fundamental e Médio. Temas Multidisciplinares. Florianópolis: SED/COGEN, 1998.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: disciplinas curriculares. Florianópolis: IOESC, 1998.
- SANTOS, S. M. P. dos. **Brinquedos: sucata vira brinquedo**. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.
- SILVA, Flávia Gonçalves da. **Conceitos de Vigotski no Brasil: produção divulgada nos cadernos de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set./dez. 2004.
- VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: Moraes, 1991
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Rio de Janeiro: Andes, 1981

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade>>. Acesso em: 12 janeiro 2012